

#### INDICAÇÃO Nº 49 /2021

O Vereador que este subscreve, requer que após tramitação Regimental e ouvido o douto plenário, seja enviada correspondência ao Executivo Municipal com a seguinte indicação:

Solicito ao Executivo Municipal que estude a possibilidade de implantar o Programa de Auxílio Reforma à Moradia, que tem por objetivo central, reformar a moradia daquelas pessoas de baixa renda, cuja habitação está colocando em risco de morte seus habitantes. Também, visa dar condições mínimas de moradia as famílias necessitadas.

Ante ao exposto e considerando que o projeto se reveste de grande importância para o Município, solicito que o mesmo seja apreciado em regime de URGÊNCIA. certos de que esta solicitação será atendida, renovamos os nossos protestos de estima e consideração.

Desde já conto com a compreensão e empenho do Executivo Municipal.

Sala Vereador Danilo Cáceres, 03 de fevereiro de 2021

CÂMARA MUNICIPAL

Vereador Nilo Santos

Bancada Progressista



	<b>PROJETO</b>	DE	LEI N°	/2021
--	----------------	----	--------	-------

INSTITUI O PROGRAMA "AUXÍLIO REFORMA À MORADIA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Paulo Renato Cortelini, Prefeito Municipal de São Francisco de Assis, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

- Art. 1° Fica instituído no âmbito do Município de São Francisco de Assis, o Programa Municipal "AUXÍLIO REFORMA À MORADIA", que tem por objetivo a concessão de recursos financeiros, mão-de-obra e material de construção, para reforma e/ou ampliação de moradias às famílias de baixa renda, residentes no Município.
- §1° Para fins desta lei, são consideradas famílias de baixa renda, aquelas cuja renda familiar perca pita for menor ou igual a dois salários mínimos nacionais.
- §2° Para composição da renda familiar perca pita, será considerada a soma da renda mensal de todos os habitantes da residência a ser contemplada pelo programa.
- Art. 2° O Programa Municipal "AUXÍLIO REFORMA À MORADIA" será desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Secretaria de Obras, com recursos a elas consignados, obtidos através de:
- I Dotação orçamentária, doações, convênios com entidades governamentais ou instituições privadas.
- Art. 3° Serão abrangidas pelo Programa "AUXÍLIO REFORMA À MORADIA", de que trata esta lei, as seguintes reformas e/ou ampliações:
  - I Construção de banheiro, com fossa e sumidouro, da casa;
  - II Construção, apenas, de fossa e sumidouro;
  - III Melhoria do telhado:



- IV Instalações hidráulicas e elétricas;
- V Outros aspectos não especificados neste inciso, que sejam definidos como reforma e/ ou ampliação, atestado por profissional competente.
- Art. 4° Para se habilitarem como beneficiárias ao Programa "AUXÍLIO REFORMA À MORADIA", as pessoas físicas deverão realizar cadastro junto à Secretaria de Desenvolvimento Social, que fará estudo socioeconômico para comprovar o atendimento dos seguintes requisitos:
- I Residir no município há peio menos 4 (quatro) anos;
- II Possuir renda familiar perca pita de até dois salários mínimos nacionais;
- III ser proprietário do imóvel a ser reformado, quando não localizado em área de risco ou de proteção ambiental;
- IV Não ser proprietário de outro imóvel;
- V Não ter sido beneficiário de programa habitacional ou o desta lei;
- VI Ser inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
- VII não possuir familiares diretos que possam dar-lhe algum tipo de auxílio e
- VIII apresentar o cartão SUS.
- Art. 5°. Terão prioridade ao benefício, famílias com crianças, idosos e ou deficientes físicos ou mentais. além de considerar o Art. 1°.
- Art. 6° O Município doará os materiais de construção e mão-de-obra necessários para a reforma e/ou ampliação no valor de até R\$ 5.000,00 (três mil reais), para cada família contemplada, com exceção de um sinistro (incêndio, vendaval etc.), onde os valores a repassar poderão ser maiores, de acordo com o laudo técnico.
- §1° Caso o beneficiário não possua condições de arcar com o custo da mão-de-obra para a reforma, o Município a disponibilizará.
- §2° A mão-de-obra para a reforma poderá ser de servidor público, ou, de terceiros, pessoa física ou jurídica, legalmente contratada para esta finalidade.
- Art. 7° Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual e nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.
  - Art. 8° Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.



Art. 9° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala Vereador Danilo Cáceres, 03 de fevereiro de 2021.

Paulo Renato Cortelini Prefeito Municipal